

Especialização em Gestão Pública

10ª edição (2014-2016)

Programa

Brasília - DF

Junho de 2014



Escola Nacional de Administração Pública

SAIS – Área 2-A
70610-900 - Brasília – DF
Telefone: (61) 2020-3000

Miriam Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Sergio de Carvalho

Presidente da Escola Nacional de Administração Pública

Maria Stela Reis

Diretora de Formação Profissional

Carmen Isabel Gatto

Coordenadora-Geral de Especialização

Equipe:

Ana Luiza de Menezes Delgado
Eliane dos Santos Luz
Luciana Günther
Rachel Pereira Dorneles
Rosimere Gomes Rocha
Samantha Albano Amorim

PROGRAMA DO CURSO

1. INTRODUÇÃO

A Especialização em Gestão Pública é um curso de pós-graduação *lato sensu* oferecido pela Enap desde 2002. É um curso que busca contribuir para a melhoria da gestão pública, promovendo a formação profissional dos servidores públicos do Poder Executivo federal, para fazer frente à necessidade dos órgãos públicos de dotarem seus quadros de competências de gestão cada vez mais complexas, com novos arranjos organizacionais e constante inovação na formulação e implementação das políticas públicas e na prestação de serviços públicos.

A Especialização em Gestão Pública foi concebida de forma a aproximar os participantes das questões concretas da prática governamental, com estratégias de ensino teórico-aplicado, por meio de instrumentos didático-pedagógicos que facilitem a apropriação daquela realidade, sua análise e enfrentamento dos problemas identificados.

O corpo docente dos Cursos de Especialização da Enap é formado por profissionais com formação em áreas afins à gestão pública, sendo a maioria com título de mestre e/ou doutor, e com experiência profissional em projetos e gestão de organizações governamentais.

O curso será ofertado pela Enap sem ônus para os servidores ou para os órgãos.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Especialização em Gestão Pública 10ª edição

Certificação conferida: Especialista em Gestão Pública

Modalidade: presencial

Duração: 18 meses

Área de Conhecimento: administração pública

Número de vagas oferecidas: 80

Ano e período letivo de início de funcionamento do curso: janeiro/2015

3. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos para atuarem como agentes da melhoria da gestão pública, desenvolvendo competências para liderar, articular, gerir e pensar de forma estratégica e inovadora a ação governamental, considerando os desafios e as perspectivas da administração pública federal, para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

3.1. Competências a serem desenvolvidas:

- Pensar estrategicamente: tecer diretrizes estratégicas para o futuro da organização, tendo por base elementos de características históricas, contexto político-econômico e social prospectados em análises de cenários, que contribuam para a consolidação e inovação das políticas de governo.
- Gerir: viabilizar a execução de planos estratégicos definidos pela instituição, por intermédio das necessárias negociações, resoluções de problemas e ajustes no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos sob sua responsabilidade, orientada por princípios éticos e de responsabilidade e com foco em resultados.
- Articular: capacidade para identificar e estabelecer parcerias e alianças com os atores sociais e políticos relevantes, de forma democrática, construindo a governabilidade necessária ao alcance dos resultados pretendidos.
- Liderar: mobilizar os atores para realização dos objetivos institucionais e dos projetos e programas definidos, em especial por meio de negociação, comunicação, articulação, iniciativa, gestão de conflitos e de pessoas.

4. PÚBLICO-ALVO

O curso é dirigido a servidores públicos federais do Poder Executivo que atuam ou tenham potencial para atuar como dirigentes na gestão pública e que possuam graduação em curso de nível superior certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

5. CARGA HORÁRIA

O curso tem carga horária total de 395 (trezentos e noventa e cinco) horas presenciais, com duração aproximada de 15 (quinze) meses e um prazo de 120 (cento e vinte) dias, após o encerramento das aulas, para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

A carga horária semanal é de 9 (nove) horas de aula, distribuídas em 3 (três) dias da seguinte forma: nas quartas e quintas-feiras no período noturno (das 19h às 22h), e nas sextas-feiras no período matutino (das 9h às 12h).

A programação do curso contempla dois momentos de atividades em período integral e dias consecutivos, a saber:

- Oficina de Liderança e Comunicação – ao início do curso, com carga horária de 32h, distribuídas de terça a sexta-feira, das 8h30 às 12h30 e das 14h às 18h.
- Visitas Técnicas – ao final do curso, com carga horária de 18h, distribuídas em três dias consecutivos, para realização de trabalho de campo em órgãos da administração pública. Essa atividade faz parte da disciplina denominada Práticas de Gestão Pública.

6. PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo do curso é constituído por uma prova escrita, entrevista e análise de currículo, conforme descrito abaixo:

- **1ª fase:**
 - o **Prova escrita discursiva:** formada por questões dissertativas de caráter geral sobre gestão pública, com a finalidade de verificar a capacidade de reflexão do candidato, seu grau de familiaridade com o tema e a coerência do texto.
- **2ª fase:**

o **Entrevista:** serão avaliados o perfil do candidato, as áreas de interesse e a expressão de ideias e conceitos.

- **3ª fase:**

o **Análise de currículo:** serão considerados para pontuação: o tempo de experiência no serviço público, a ocupação de função gerencial, o tipo de vínculo com o serviço público, formação acadêmica. A análise curricular também visará a garantir a heterogeneidade da turma e a representatividade de diferentes órgãos.

Uma Comissão de Seleção formada por profissionais da Enap e consultores contratados conduzirá o processo seletivo.

7. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

Para participação no curso são necessários os seguintes requisitos:

- o aprovação no processo seletivo;
- o apresentação de comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);
- o apresentação de termo de autorização da chefia imediata para frequentar o curso;
- o assinatura de termo de compromisso do aluno; e
- o apresentação dos documentos pessoais solicitados no ato da matrícula.

8. METODOLOGIA

A prática pedagógica do curso privilegia o ensino aplicado e a articulação entre teoria e prática, buscando associar a aprendizagem à reflexão e à análise de problemas concretos e do papel do dirigente na gestão das organizações públicas.

As estratégias didáticas incentivam a reflexão e o intercâmbio das experiências profissionais dos alunos, bem como a sistematização desse conhecimento a partir de um arcabouço teórico selecionado. Estudos de caso serão utilizados para promover a visão integrada das diversas dimensões da gestão, tomando como base as situações concretas.

Para reforçar o caráter aplicado do curso, serão promovidas Visitas Técnicas para análise de aspectos da gestão de programas governamentais em órgãos da administração pública.

Ao longo do curso, são realizadas palestras sobre temas atuais da agenda governamental e painéis de diálogo com dirigentes acerca dos desafios do exercício da liderança nos principais processos de gestão, com o intuito de criar um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre os conteúdos aprendidos.

9. AVALIAÇÃO

Ao final de cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de trabalhos ou exercícios. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, cumprindo as normas especificadas pela Coordenação-Geral.

10. TITULAÇÃO

Para obtenção do título de especialista, é necessário que o aluno preencha os seguintes requisitos:

- frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total prevista;
- frequência mínima de 50% (cinquenta por cento) da carga horária de cada disciplina;
- avaliação satisfatória no desempenho de todas as disciplinas, com obtenção de nota mínima 6,0 (seis); e
- aprovação do trabalho de conclusão de curso com nota mínima 7,0 (sete).

11. ESTRUTURA CURRICULAR

Para o alcance dos objetivos do Curso de Especialização, os conteúdos e atividades estão organizados conforme a estrutura abaixo:

Disciplinas	Carga Horária	Semanas
-------------	---------------	---------

1º Semestre		
D1 - Liderança e Comunicação (imersão)	32	1
D2 - Estado Brasileiro e suas Transformações	27	3
Carga Horária Total 1º semestre	59	4

2º Semestre		
D3 - Administração Pública Brasileira	27	3
D4 - Fundamentos de Políticas Públicas	27	3
D5 - Fundamentos do Direito Público	18	2
D15 - Práticas de Gestão Pública – Aula Integradora 1	6	1
D16 - Metodologia de Pesquisa (parte I)	9	1
D6 - Planejamento e Gestão Estratégica	18	2
D7 - Orçamento e Finanças Públicas	27	3
D8 - Gestão de Projetos	18	2
D9 - Gestão Estratégica de Pessoas	18	2
Carga Horária Total 2º semestre	168	19

3º Semestre		
D10 - Negociação no Setor Público	18	2
D15 - Práticas de Gestão Pública – Aula Integradora 2	6	1
D16 - Metodologia de Pesquisa (parte II)	9	1
D11 - Governança e Arranjos Institucionais	27	3
D12 - Arquitetura Organizacional	18	2
D13 - Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental	18	2
D14 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações Públicas	27	3
D15 - Metodologia de Pesquisa (parte III)	9	1
D16 - Práticas de Gestão Pública – Aula Integradora 3	6	1
D16 - Práticas de Gestão Pública – Visitas Técnicas	30	3
Carga Horária Total 3º semestre	168	19

Carga Horária Total do Curso	395	43
------------------------------	-----	----

12. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DAS DISCIPLINAS

D.1 – Liderança e Comunicação

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de aplicar as competências relacionadas à liderança no serviço público e compreender: o papel dos valores e da ética na prática do líder-servidor; a necessidade de construção de comunidades no ambiente de trabalho; a relevância do líder comunicador e agente de mudanças; bem como a importância do autoconhecimento do líder para o desenvolvimento de sua equipe e de sua missão institucional.

D.2 – Estado Brasileiro e suas Transformações

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de compreender as principais dimensões que definem o papel e as capacidades do Estado na sociedade contemporânea, as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre Estado e sociedade, as dimensões estruturais de atuação dos Estados nas sociedades contemporâneas, assim como as principais macroinstituições que compõem o Estado e o sistema político brasileiro pós-Constituição de 1988.

D.3 – Administração Pública Brasileira

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os determinantes históricos da constituição e evolução da administração pública brasileira, com foco em suas principais reformas; discutir as principais contribuições da Nova Gestão Pública enquanto paradigma de reforma da gestão, bem como suas limitações; identificar os principais desafios da administração pública brasileira contemporânea.

D.4 – Fundamentos de Políticas Públicas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de entender o conceito de política pública (*policy*) e de suas relações com a política (*politics*); distinguir as principais perspectivas teóricas e modelos de análise no campo; identificar e problematizar as etapas do ciclo das políticas públicas; discutir aspectos relacionados à continuidade e

mudança das políticas públicas; compreender os desafios da produção de políticas públicas no Brasil contemporâneo.

D.5 – Fundamentos do Direito Público

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os principais marcos legais do direito público brasileiro por uma perspectiva instrumental, que instigue e capacite o diálogo com o Direito e seus profissionais na prática da gestão pública; distinguir os recentes debates sobre tendências no direito público brasileiro e suas reformas, com direta repercussão no modo de organização da administração pública brasileira.

D.6 – Planejamento e Gestão Estratégica

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar a relação existente entre governo e planejamento; diferenciar aspectos e necessidades do planejamento público; identificar os principais aspectos conceituais do planejamento e da gestão estratégica no setor público; caracterizar e precisar a relação entre problemas públicos e atores sociais; precisar a importância e as possibilidades de uma gestão estratégica.

D.7 – Orçamento e Finanças Públicas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de distinguir a forma de financiamento do setor público, os tipos de orçamento público e os modelos de análise orçamentária; descrever o ciclo orçamentário federal, do planejamento à execução; analisar a concepção e implementação de ações orçamentárias no contexto das políticas públicas.

D.8 – Gestão de Projetos

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os principais conceitos e diferentes abordagens metodológicas em gestão de projetos; descrever a estrutura lógica de concepção do projeto, seus elementos constituintes; e construir uma visão integrada de sua elaboração, monitoramento e avaliação.

D.9 – Gestão Estratégica de Pessoas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar a função estratégica da gestão de pessoas na administração pública brasileira, suas diretrizes, peculiaridades e desafios, bem como as possibilidades e os instrumentos voltados à sua melhoria.

D.10 – Negociação no Setor Público

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de planejar, executar e avaliar o desenvolvimento de processos de negociação na arena pública; definir protocolos de atuação pautados em reflexões sobre valores e ética.

D.11 – Governança e Arranjos Institucionais

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de compreender a emergência da ideia de “governança” e suas implicações para os debates sobre a atuação do Estado e a gestão de políticas públicas; analisar a produção de políticas públicas em ambientes político-institucionais complexos (envolvendo relações federativas, participação social, parcerias público-privado, controle interno e externo, relações com os poderes Legislativo e Judiciário), a partir da abordagem dos arranjos institucionais; mapear arranjos institucionais e avaliar as capacidades estatais produzidas e a operação de seus instrumentos e mecanismos (processos decisórios, de coordenação/articulação e monitoramento).

D.12 – Arquitetura Organizacional

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os modelos, princípios e técnicas de desenho organizacional no setor público; discutir o tema da governança das organizações públicas; discutir tendências e inovações na gestão pública, no campo das estruturas organizacionais.

D.13 – Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os fundamentos teóricos e as ferramentas práticas referentes às metodologias de monitoramento de programas governamentais; reconhecer as estratégias definidas para o monitoramento dos programas do PPA 2012-2015; reconhecer e difundir a importância do monitoramento dos programas do PPA e do Orçamento; operar como difusor e operador das informações e da transparência dos resultados das ações governamentais.

D.14 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações Públicas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os fundamentos, fontes e desafios para a gestão da informação e do conhecimento nas organizações públicas; reconhecer as ferramentas teóricas e práticas de suporte às iniciativas de gestão da informação e do conhecimento no contexto de governo; examinar casos bem-sucedidos de gestão da informação e do conhecimento na administração pública.

D.15 – Metodologia de Pesquisa

Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de reconhecer o papel e processo de construção do conhecimento científico, diferenciando-o dos demais tipos de conhecimento; empregar o raciocínio lógico-científico no desenvolvimento de um artigo científico; identificar os benefícios da aplicação desse ferramental no âmbito profissional; elaborar um projeto de pesquisa contendo os elementos necessários desse tipo de trabalho científico; aplicar as regras da redação científica e normas e padrões de trabalhos de pós-graduação *lato sensu*, conforme as normas da ABNT aplicáveis.

D.16 – Práticas de Gestão Pública

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar a relação entre os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas do curso e sua aplicabilidade prática na gestão pública; analisar criticamente as ações no campo da gestão pública, de modo a desenvolver uma visão global dos desafios enfrentados pelos gestores; estabelecer

relações entre as fases do ciclo de gestão e as condições organizacionais encontradas na administração pública.

13. CORPO DOCENTE

Alexander Cambraia Nascimento Vaz	Mestre
Alexandre de Ávila Gomide	Doutor
Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira	Doutor
Amarildo Baesso	Mestre
Andrea Zimmermann	Mestre
Antônio Ernesto Lassance de Albuquerque Júnior	Doutor
Ariel Cecílio Garces Pares	Mestre
Carlos Tadeu Assumpção de Pinho	Mestre
Ciro Campos Christo Fernandes	Doutor
Clóvis Henrique Leite de Souza	Mestre
Daniel de Aquino Ximenes	Doutor
Daniel Pitangueira de Avelino	Doutor
Evilásio da Silva Salvador	Doutor
Fábio Ferreira Batista	Doutor
Fábio José Kerche Nunes	Doutor
Fernando José Travassos Vieira	Mestre
Francisco José Pereira da Silva	Mestre
Gabriela Spanghero Lotta	Doutor
Henrique Motta Pinto	Mestre
Humberto Falcão Martins	Doutor
Janina Onuki	Doutor
João Feres Júnior	Doutor
João Paulo de Resende	Mestre
José Carlos Vaz	Doutor
José Celso Pereira Cardoso Junior	Doutor

José Luiz Pagnussat	Mestre
Júlia Maurmann Ximenes	Doutor
Luciana de Barros Jaccoud	Mestre
Luiz Sérgio Gomes da Silva	Especialista
Márcia Serra Gomes da Silva	Graduada
Maria Cristina Costa Pinto Galvão	Doutor
Maria Júlia Pantoja de Brito	Doutor
Marizaura Reis de Sousa Camões	Mestre
Nara Kohlsdorf	Doutor
Pedro Luiz Cavalcante	Doutor
Renata Navega Cruz	Especialista
Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos	Doutor
Roberto Rocha Coelho Pires	Doutor
Rodrigo Lino de Brito	Mestre
Sandro Trescastro Bergue	Doutor
Tânia Mara Campos de Almeida	Doutor

14. BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

D1 – LIDERANÇA E COMUNICAÇÃO

Bibliografia Básica

GREENLEAF, R. K. *The servant as leader*. Indianapolis: The Robert Greenleaf Center, 1991.

MILEWSKI, J. *Quantum leadership: the power of community in motion*. New York: Instituto de Comunidades Sustentáveis; Centro de Pesquisa de Liderança em Ação da Escola de Serviço Público Wagner, Universidade de Nova Iorque, 2006.

SMITH, R. Servant leadership: a pathway to the emerging territory. In: SPEARS, L. C. (org.). *Reflections on leadership: how Robert K. Greenleaf's theory of servant leadership influenced today's top management thinkers*. New York: John Wiley & Sons, 1995.

SPEARS, L. C. (org.). *Reflections on leadership: how Robert K. Greenleaf's theory of servant leadership influenced today's top management thinkers*. New York: John Wiley & Sons, 1995.

Bibliografia Complementar

AUBREY, B.; TILLIETTE, B. *Savoir faire savoir: l'apprentissage de l'action en entreprise*. Paris: InterÉditions, 1990.

AUTRY, J. A. *Love and profit: the art of caring leadership*. New York: Avon Books, 1991.

AUTRY, J. A. *The servant leader*. Roseville: Prima Publishing, 2001.

BENNIS, W.; WARD, P. *Organizing genius*. Reading: Addison-Wesley, 1997.

BLOCK, P. *Stewardship: choosing service over self-interest*. San Francisco: Berrett-Koehler, 1993.

BOLMAN, L. G.; DEAL, T. E. *Reframing organizations: artistry, choice and leadership*. San Francisco: Jossey-Bass, 1991.

BOLMAN, L. G.; DEAL, T. E. *Leading with soul: an uncommon journey of spirit*. San Francisco: Jossey-Bass, 1995.

BOURQUE, J.-J.; LELORD, F.; PITCHER, P. (pref.). *L'âme de l'organisation*. Québec: Québec Amérique, 1999.

BOYETT, J.; BOYETT, J. *The guru guide*. Toronto: John Wiley & Sons, 1998.

BRIDGES, W. *Managing transitions: making the most of change*. New York: Addison-Wesley, 1991.

COOPER, R. K.; SAWAF, A. *Executive EQ: emotional intelligence in leadership and organizations*. New York: Perigee Book, 1996.

DIONNE, P.; ROGER, J. *Le stratège du XXI^e siècle: vers une organisation apprenante*. Montréal: Gaëtan Morin, 1997.

ECHEVERRIA, R. *Actos de lenguaje. Vol. I: La escucha*. Santiago: J. C. Saez, 2006.

ECHEVERRIA, R. *Ontología del lenguaje*. Santiago: J. C. Saez, 2001.

GORDON, T. *Leaders efficaces: communication et performance en équipe*. Montréal: Le Jour, 1995.

HANDY, C. *The age of paradox*. Boston: Harvard Business School Press, 1994.

HEIFETZ, R. A. *Leadership without easy answers*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

HORIBE, F. *Managing knowledge workers*. New York: John Wiley & Sons, 1999.

JARROSSON, B. *Invitation à une philosophie du management*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.

KAHANE, A. *Solving tough problems: an open way of talking, listening and creating new realities*. San Francisco: Berrett-Koehler, 2004.

KOTTER, J. P. *Leading change*. Boston: Harvard Business Press, 1996.

KOTTER, J. P. *El factor liderazgo*. Madrid: Díaz de Santos, 1990.

KOUZES, J. M.; POSNER, B. Z. *Credibility: how leaders gain and lose it, why people demand it*. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2005.

LANDIER, H. *Vers l'entreprise intelligente*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.

PARKER, G. M. *Cross-functional teams: working with allies, enemies & other strangers*. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.

PITCHER, P. *Artists, craftsmen and technocrats: the dreams, realities and illusions of leadership*. Toronto: Stoddart, 1995.

PORTER-O'GRADY, T.; MALLOCH, K. *Quantum leadership: a textbook of new leadership*. London: Jones & Bartlett, 2003.

SENGE, P. M. *The fifth discipline: the art and practice of the learning organization*. New York: Doubleday, 1990.

SÉRIEYX, H. *Le big bang des organisations*. Paris: Calmann-Lévy, 1993.

STEIN, S. J.; BOOK, H. E. *The EQ edge: emotional intelligence and your success*. Toronto: Stoddart, 2000.

STONE, D.; PATTON, B.; HEEN, S. *Difficult conversations: how to discuss what matters most*. New York: Viking, 1999.

TORO, J. B. *A construção do público: cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: Senac, 2005.

TOWNSEND, P. L.; GEBHARDT, J. E. *The art and strategy of creating leaders at every level*. New York: John Wiley & Sons, 1997.

VALLEMONT, S. *Moderniser l'administration: gestion stratégique et valorisation des ressources humaines*. Paris: Nathan, 1991.

WATKINS, K. E.; MARSICK, V. J. *Sculpting the learning organization*. San Francisco: Jossey-Bass, 1993.

WHEATLEY, M. J. *Finding our way*. San Francisco: Berrett-Koehler, 2005.

WHEATLEY, M. J. *Leadership and the new science: discovering order in a chaotic world*. 2. ed. San Francisco: Berrett-Koehler, 1999.

Bibliografia Básica

ABRUCIO, F. L. *Os barões da federação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13–93.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

COSTA, V. *Federalismo*. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

DAHL, R. A. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 90–100.

DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, n. 50, p. 81–106, 1998.

HALL, J. A. Estado e desenvolvimento econômico: reflexões sobre Adam Smith. In: HALL, J. A. (org.). *Os estados e a história*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 229–261.

KERCHE, F. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. *Dados*, v. 50, n. 2, 2007.

LIMONGI, F. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 76, 2006.

MELO, M. A. A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação. *RBCS*, v. 16, n. 46, 2001.

MICHELS, R. A lei de ferro da oligarquia. In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia política I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 89–104.

NICOLAU, J. M. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SANTOS, B. S. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25–94.

WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Cultrix, s.d. p. 55–74.

Bibliografia Complementar

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, p. 325–357, 2014.

ABRUCIO, F. L. Reforma política e federalismo. In: BENEVIDES, M. V.; VANNUCHI, P.; KERCHE, F. (orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARANTES, R. B. Judiciário: entre a justiça e a política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, ano XXXX. Livro I, cap. I.

AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COHEN, J. L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados*, v. 46, p. 419–459, 2003.

DAHL, R. *Sobre a democracia*. Brasília: UnB, 2001.

DALLARI, D. de A. *O Estado e o direito*. São Paulo: Saraiva, 2000. (se aplicável).

EASTON, D. Uma tentativa de análise dos sistemas políticos. In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 22–42.

FIGUEIREDO, A.; FIGUEIREDO, M. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. *Dados*, v. 45, p. 303–344, 2002.

HEGEL et al. *Os pensadores: Burke–Kant–Hegel–Tocqueville–Mill–Marx*. (Excertos indicados).

JÚNIOR FERES, J.; KERCHÉ, F. A democracia propriamente dita. *Carta Capital*, 2013.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 76, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Edição Ridendo Castigat Mores, 1999.

MICHELS, R. A base conservadora da organização. In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia política I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 105–116.

MOSCA, G. A classe dirigente. In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia política I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 51–69.

NUNES, E.; RIBEIRO, L. M.; PEIXOTO, V. Agências reguladoras no Brasil. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). *Sistema político brasileiro*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, n. 44, 1998.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia política I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 70–88.

PARSONS, T. Poder, partido e sistema. In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 9–21.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, n. 17 (37), p. 4–28, 2002.

SIQUEIRA, C. E.; CASTRO, H.; ARAÚJO, T. M. A globalização dos movimentos sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, p. 847–858, 2003.

TOCQUEVILLE, A. (se aplicável, conforme Os Pensadores).

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Bibliografia Básica

ABRUCIO, F. L. Desafios contemporâneos para a reforma da administração pública. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (orgs.). *Administração pública: coletânea*. Brasília; São Paulo: ENAP; Unesp, 2010. p. 537–548.

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 103–114, 2011.

CARVALHO, E. D. P. O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores, de 1930 aos dias atuais. In: CUNHA, A. S.; MEDEIROS, B. A.; AQUINO, L. M. C. (orgs.). *Estado, instituições e democracia: República*. Brasília: IPEA, 2010. v. 1, p. 343–386.

GOMIDE, A.; PIRES, R. Análise comparativa: arranjos de implementação e resultados de políticas públicas. In: GOMIDE, A.; PIRES, R. (orgs.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2014. p. 351–380.

GRAHAM, A. *Como escrever e usar estudos de caso para ensino e aprendizagem no setor público*. Brasília: ENAP, 2010.

LASSANCE, A. et al. *Federalismo à brasileira: questões para discussão*. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2013. p. 23–36.

PETERS, B. G. Os dois futuros do ato de governar: descentralização e recentralização. *Revista do Serviço Público*, v. 59, n. 3, p. 289–307, 2008.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. Introdução. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. *Administração pública: coletânea*. Brasília; São Paulo: ENAP; Unesp, 2010. p. 15–29.

PIRES, R.; VAZ, A. Participação social como método de governo? Um mapeamento das interfaces socioestatais nos programas federais. *Texto para Discussão*, n. 1707, IPEA, Rio de Janeiro, 2012.

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1999. v. 2, p. 525–560.

Bibliografia Complementar

ABRUCIO, F. L. Os avanços e dilemas do modelo pós-burocrático. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 178–192.

AVRITZER, L. O papel da participação nas políticas sociais do Governo Federal. In: SILVA, F. S.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (orgs.). *Estado, instituições e democracia*. Brasília: IPEA, 2010.

CARDOSO JR., J. C. A hora e a vez da retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 2, p. 39–44, 2012.

ENAP. *Sugestões para elaborar estudos de caso*. Brasília: ENAP, s.d.

FRANCESE, C. *Federalismo cooperativo no Brasil*. São Paulo: FGV, 2010. Tese (Doutorado).

LASSANCE, A. Poder Executivo: configuração histórico-institucional. In: MEDEIROS, B.; AQUINO, L. (orgs.). *Estado, instituições e democracia*. Brasília: IPEA, 2010. v. 1, p. 65–95.

NEF, J. Administração pública e reforma do setor público na América Latina. In: PETERS, B.; PIERRE, J. *Administração pública: coletânea*. Brasília; São Paulo: ENAP; Unesp, 2010. p. 513–537.

OGP – Open Government Partnership. *What's in the new OGP National Action Plans?* Disponível em: <http://www.opengovpartnership.org>. Acesso em: s.d.

SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930–1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TEIXEIRA, M. A. C. Estado, governo e administração pública. In: TEIXEIRA, M. A. C. *Fundamentos da administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 59–100.

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. v. 2, p. 525–560.

D4 – FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Bibliografia Básica

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, p. 325–357, 2014.

FARIA, C. A. P. (org.). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

GOMIDE, A. A. Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. *Texto para Discussão*, Ipea, 2008.

GOMIDE, A. A. Tipos e dinâmicas de mudança institucional: as agências reguladoras de transportes no Brasil. *Dados*, v. 57, p. 133–163, 2014.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública, seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Campus, 2013. Capítulos 1, 2 e 6.

LOUREIRO, M. R.; OLIVIERI, C.; MARTES, A. C. B. Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. P. (orgs.). *Burocracia e política no Brasil*. São Paulo: FGV, 2010.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias de nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. P. (org.). *Implementação de políticas públicas*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento na democracia. In: CARDOSO JR., J. C. (org.). *Para a reconstrução do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2011.

Bibliografia Complementar

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, p. 325–357, 2014.

ARANTES, R. B. et al. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil. In: LOUREIRO, M. R. et al. (orgs.). *Burocracia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 109–147.

BICHR, R. M. Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família. 2011. Tese (Doutorado) – IESP/UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J. A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, v. 17, p. 1–25, 1972.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2009.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *RBCS*, v. 18, n. 51, 2003.

FIGUEIREDO, A.; FIGUEIREDO, M. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. *Dados*, v. 45, p. 303–344, 2002.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. v. 2.

LINDBLOM, C. Muddling through: a ciência da decisão incremental. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2009.

LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

LOWI, T. J. *Distribuição, regulação, redistribuição*. Mimeo, 1966.

LOTTA, G. S.; PIRES, R. R. C.; OLIVEIRA, V. E. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre a produção de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, v. 65, n. 4, p. 463–492, 2014.

MARCH, J.; OLSEN, J. (separadamente em obras específicas – ver acima).

RODRIK, D. As ideias antes dos interesses. *Project-Syndicate*, 26 abr. 2012.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2011. Cap. 2.

SUBIRATS, J. O papel da burocracia na determinação e implementação de políticas públicas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

WINTER, S. Perspectivas de implementação: status e reconsideração. In: PETERS, B.; PIERRE, J. (orgs.). *Administração pública: coletânea*. Brasília: ENAP, 2010. p. 209–228.

Bibliografia Básica

MODESTO, P. (coord.). *Nova organização administrativa brasileira: estudos sobre a proposta da Comissão de Especialistas constituída pelo Governo Federal para reforma da organização administrativa brasileira*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

– Exposição de motivos do Anteprojeto, p. 397–417.

– Integra da proposta do Anteprojeto de Lei, p. 419–442.

Disponível em: <http://bit.ly/1xceO2k>.

PALMA, J. B. de. Direito administrativo e políticas públicas: o debate atual. In: ALMEIDA, F. D. M. et al. (coord.). *Direito público em evolução: estudos em homenagem à Professora Odete Medauar*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 177–201.

RECURSO ESPECIAL n. 575.998/MG. Relator: Min. Luiz Fux. 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/1Ho7PH1>.

SUNDFELD, C. A. Conversando sobre direito administrativo. In: SUNDFELD, C. A. *Direito administrativo para céticos*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 25–54.

SUNDFELD, C. A. Contratações públicas e o princípio da concorrência. In: SUNDFELD, C. A. (org.). *Contratações públicas e seu controle*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 15–41.

SUNDFELD, C. A. Como reformar as licitações? In: SUNDFELD, C. A. (org.). *Contratações públicas e seu controle*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 267–276.

SUNDFELD, C. A.; MARQUES NETO, F. A. de A. Uma nova lei para aumentar a qualidade jurídica das decisões públicas e de seu controle. In: SUNDFELD, C. A. (org.). *Contratações públicas e seu controle*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 277–285.

SUNDFELD, C. A.; ROSILHO, A. Direito e políticas públicas: dois mundos? In: SUNDFELD, C. A.; ROSILHO, A. (orgs.). *Direito da regulação e políticas públicas*. São Paulo: Malheiros; SBDP, 2014. p. 45–79.

SUNDFELD, C. A.; MONTEIRO, V. Vigilância epidemiológica e direitos fundamentais. In: SUNDFELD, C. A.; MONTEIRO, V. (coords.). *Introdução ao direito administrativo*. São

Paulo: Saraiva (Série GVlaw), 2008. p. 38–58.

Também publicado em: *Revista de Direito Sanitário*, v. 3, n. 2, p. 90–106, 2002.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/81245/84885>.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, F. D. M. de. Mecanismos de consenso no direito administrativo. In: ARAGÃO, A. S.; MARQUES NETO, F. A. de A. (coords.). *Direito administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 335–349.

ALMEIDA, F. D. M. de. *Formação da teoria do direito administrativo no Brasil*. Tese (Titularidade) – Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2013.

ARAGÃO, A. S. O serviço público e suas crises. In: ARAGÃO, A. S.; MARQUES NETO, F. A. de A. (coords.). *Direito administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 421–440.

BARROSO, L. R. A constitucionalização do direito e suas repercussões no âmbito administrativo. In: ARAGÃO, A. S.; MARQUES NETO, F. A. de A. (coords.). *Direito administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 31–63.

BINENBOJM, G. *Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BINENBOJM, G. O sentido da vinculação administrativa à juridicidade no direito brasileiro. In: ARAGÃO, A. S.; MARQUES NETO, F. A. de A. (coords.). *Direito administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 145–204.

BUCCI, M. P. D. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

DI PIETRO, M. S. Z. Transformações da organização administrativa: diretrizes e amplitude do anteprojeto. In: MODESTO, P. (coord.). *Nova organização administrativa brasileira*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 21–33.

JUSTEN FILHO, M. O direito administrativo do espetáculo. In: ARAGÃO, A. S.; MARQUES NETO, F. A. de A. (coords.). *Direito administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 65–85.

MARQUES NETO, F. A. de A. *Regulação estatal e interesses públicos*. São Paulo: Malheiros, 2002.

MARQUES NETO, F. A. de A. Os serviços de interesse econômico geral e as recentes transformações dos serviços públicos. In: ALMEIDA, F. D. M. de et al. (coord.). *Direito público em evolução*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 531–547.

MEDAUAR, O. Administração pública: do ato ao processo. In: ARAGÃO, A. S.; MARQUES NETO, F. A. de A. (coords.). *Direito administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 405–419.

PALMA, J. B. de. *Sanção e acordo na administração pública*. São Paulo: Malheiros; SBDP, 2015.

PINTO, H. M. Empresa estatal: modelo jurídico em crise? 2010. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 2010.

PINTO, H. M. A autarquização das empresas estatais na jurisprudência do STF. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 15, n. 57, p. 215–233, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3255/2118>.

PINTO JÚNIOR, M. E.; PINTO, H. M. *Empresas estatais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROSILHO, A. A Constituição de 1988 e suas políticas em quatro atos. In: SUNDFELD, C. A.; ROSILHO, A. (orgs.). *Direito da regulação e políticas públicas*. São Paulo: Malheiros; SBDP, 2014. p. 17–44.

ROSILHO, A. *Licitação no Brasil*. São Paulo: Malheiros; SBDP, 2013.

SALINAS, N. S. C. Reforma administrativa de 1967: a reconciliação do legal com o real. In: MOTA, C. G.; SALINAS, N. S. C. (orgs.). *O papel dos juristas na formação do Estado-nação*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 453–482.

SALINAS, N. S. C. *Legislação e políticas públicas: a lei como instrumento de ação governamental*. Tese (Doutorado) – USP, 2012.

SALINAS, N. S. C. Avaliação legislativa no Brasil: apontamentos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 3, n. 2, p. 229–249, 2013. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=20103>.

SILVA, J. A. da. *Comentário contextual à Constituição*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SILVA, J. A. da. *O constitucionalismo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, J. A. da. *Manual da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2002.

SUNDFELD, C. A. *Fundamentos de direito público*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SUNDFELD, C. A. *Direito administrativo para céticos*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SUNDFELD, C. A.; JURKSAITIS, G. J. O que melhorar na estrutura da gestão pública no direito brasileiro? In: MARQUES NETO, F. A. de A. (coords.). *Direito e administração pública*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 33–55.

SUNDFELD, C. A.; ROSILHO, A. (orgs.). *Direito da regulação e políticas públicas*. São Paulo: Malheiros; SBDP, 2014.

D6 – Planejamento e Gestão Estratégica

Bibliografia Básica

BRESSER-PEREIRA, L. C. Bom Estado e bom governo. Prefácio In: DROR, Y. *A capacidade para governar*. São Paulo: Fundap, 1999.

CARNEIRO, M. R. Método ZOPP. Recife: Centro de Informática UFPE, 2007. Disponível em: www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0292.

FUSCALDI, C.; MARCELINO, F.; GILENO, M. Análise SWOT: caso da Secretaria de Política Agrícola. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/9/451.pdf.

GARCIA, R. C.; CARDOSO JR., J. C. Subsídios para repensar o sistema federal de planejamento. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2061.pdf.

HUERTAS, F. *O método PES: entrevista com Carlos Matus*. São Paulo: Fundap, 1996. p. 28–44; 45–65; 69–139.

MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. *Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MATUS, C. Adeus, Senhor Presidente: governantes governados. São Paulo: Fundap, 1997. Cap. 1.

MATUS, C. O plano como aposta. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (orgs.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1.

TROSA, S. *Gestão para resultados: quando o Estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 2001. Cap. 1–2.

Bibliografia Complementar

COUTINHO, R. PPA: o que não é e o que pode ser. In: CARDOSO JR., J. C.; CUNHA, A. S. (orgs.). *Planejamento e avaliação de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2015.

DROR, Y. O administrador tipo delta para o século XXI. *Revista do Serviço Público*, n. 2, p. 5–18, maio/ago. 1997. ENAP.

FARAH, R. et al. Planejamento criativo: novos desafios em políticas de saúde. Rio de Janeiro: Dumará, 1992.

GESPUBLICA. Projeto de desenvolvimento do guia de orientação para gerenciamento de riscos. Brasília: MPOG, 2013. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/segep/projeto/2013_03_01_Produto_VII_Risco_Oportunidade_PT.pdf.

GUY PETERS, B. La capacidad para gobernar: retrocediendo hacia el centro? *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, n. 27, 2003.

LAVALL, A.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia e pluralização da representação. *Lua Nova*, n. 67, 2006.

LÚCIO, M. et al. Planejar estrategicamente nas organizações públicas: uma análise do PLANES. *Nau Social*, v. 5, 2014.

MATUS, C. *Estratégias políticas: chimpanzé, Maquiavel e Gandhi*. São Paulo: Fundap, 1997. p. 279–283.

MATUS, C. *O líder sem estado-maior*. São Paulo: Fundap, 2000.

MATUS, C. *Los tres cinturones del gobierno: gestión, organización y reforma*. Caracas: Altadir, 1997.

MENDEZ, J. L. *Las oficinas presidenciales en México y Estados Unidos*. X Congresso Internacional do CLAD, 2005.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. *Safári de estratégias*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

NAIM, M. *O fim do poder*. São Paulo: Leya, 2013.

NEUSTADT, R. *A longa duração das transições presidenciais*. Brasília: ENAP, 2003.

PERES, U. *Elaboração e gestão de projetos no setor público*. São Paulo: ILP, 2011. Disponível em: www.esaf.fazenda.gov.br/a_esaf/.../elaboracao-e-gestao-de-projetos.pdf

PARES, A.; VALLE, B. A retomada do planejamento governamental e seus desafios. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J.

URIBE RIVERA, F.; MACHADO, H. (orgs.). *Planejamento criativo*. Rio de Janeiro: Dumará, 1992.

D7 – Governança e Arranjos Institucionais

Bibliografia Básica

ABERS, R.; KECK, M. Águas turbulentas: instituições e práticas políticas na reforma do sistema de gestão da água no Brasil. In: LUBAMBO, C.; COELHO, D.; MELO, M. A. (orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiência no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 155–185.

CORTES, S. M. V. Fóruns participativos e governança. In: LUBAMBO, C.; COELHO, D.; MELO, M. A. (orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiência no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 13–32.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. (eds.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014. p. 15–28.

GONTIJO, J. G. L. Coordenação, cooperação e políticas públicas. In: FARIA, C. A. P. (org.). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 82–122.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; OLIVIERI, C.; TEIXEIRA, M. A. C. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, p. 1–28, 2012.

MEDEIROS, B. Ativismo, delegação ou estratégia? A relação interpoderes e a judicialização no Brasil. In: PIRES, R.; CARDOSO JR., J. C. *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011. p. 231–242.

OLIVEIRA, V. E.; NORONHA, L. N. T. Judiciary-executive relations in policy-making: the case of drug distribution in São Paulo. *Brazilian Political Science Review*, v. 5, p. 11–46, 2011.

OLLAIK, L.; MEDEIROS, J. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisa. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 6, p. 1943–1967, 2011.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, 2015. p. 3–8.

PIRES, R. Por dentro do PAC: dos arranjos formais às interações. In: CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (orgs.). *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: ENAP, 2015. p. 181–186.

RADIN, B. Os instrumentos da gestão intergovernamental. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (orgs.). *Administração pública: coletânea*. Brasília: ENAP, 2010. p. 597–618.

SPINK, P. Parcerias e alianças com organizações não estatais. In: SPINK, P.; BAVA, S.; PAULICS, V. *Novos contornos da gestão local*. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

Bibliografia Complementar

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo. *Dados*, v. 57, p. 325–357, 2014.

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. p. 91–110.

BATISTA, F. et al. Gestão do conhecimento na administração pública: resultados da pesquisa Ipea 2014. Brasília: Ipea, 2015.

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 103–114, 2011.

BONVILLIAN, W.; ATTA, R. ARPA-E and DARPA: applying the DARPA model to energy innovation. *Journal of Technology Transfer*, v. 36, p. 469–513, 2011.

BOUCKAERT, G.; PETERS, B. G.; VERHOEST, K. *The coordination of public sector organizations*. Londres: Palgrave, 2010.

CARDOSO, J. C.; PIRES, R. (orgs.). *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011.

DELGADO, I. Política industrial na China, Índia e Brasil. Brasília: Ipea, 2015.

DIEGUEZ, R.; MIRANDA, C. Formação de agenda, coordenação intragovernamental e gestão de projetos. CONSAD, 2012.

FARAH, M. F. S. Parcerias e novos arranjos institucionais no nível local. *RAP*, v. 35, n. 1, p. 119–144, 2001.

FUKUYAMA, F. What is governance? *Governance*, v. 26, p. 347–368, 2013.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. Capacidades estatais para o desenvolvimento no século XXI. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 2, p. 25–30, 2012.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *R. Pós Ci. Soc.*, v. 9, n. 18, p. 19–44, 2012.

LEVI-FAUR, D. (org.). *Oxford handbook of governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LIMA NETO, F. Relação das ONGs com o Estado: uma sociologia das percepções. Brasília: Ipea, 2013.

LÓPEZ, F.; BARONE, L. Entidades sem fins lucrativos e políticas públicas federais. Brasília: Ipea, 2013.

LOPEZ, F.; PIRES, R. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil. In: CARDOSO, J. C. *Brasil em desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2010.

LOTTA, G.; VAZ, J. C. Arranjos institucionais complexos e efetividade de políticas públicas. XVII CLAD, 2012.

MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador. *Revista do Serviço Público*, n. 1, 1999.

MARQUES, E. Government, political actors and governance in urban policies. *BPSR*, v. 7, n. 3, p. 8–35, 2013.

MASSARDIER, G. Redes de política pública. In: *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: ENAP, 2007. v. 2.

O'TOOLE JR., L. Relações interorganizacionais na implementação. In: PETERS, B.; PIERRE, J. (orgs.). *Administração pública*. Brasília: ENAP, 2010. p. 229–248.

PIRES, R. Burocracias, gerentes e histórias de implementação. In: FARIA, C. A. P. (org.). *Implementação de políticas públicas*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

PORTUGAL, D. Parcerias público-privadas no sistema prisional. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 4, n. 7, 2010.

TEIXEIRA, M. A. Tribunal de Contas da União: trajetória institucional. In: CUNHA, A.; MEDEIROS, B.; AQUINO, L. (orgs.). *Estado, instituições e democracia*. Brasília: Ipea, 2010. p. 415–441.

WANG, D. et al. Impactos da judicialização da saúde em São Paulo. *RAP*, v. 48, p. 1191–1206, 2014.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, J. E. L. Processo, que processo? *Revista de Administração de Empresas*, v. 1, n. 2, ago./out. 2002. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902000000400002.pdf

MARINI, C. Gestão de pessoas e a abordagem do governo matricial: o papel das escolas de governo no alinhamento estratégico da arquitetura governamental. In: IX Congresso Internacional do CLAD. Madri, 2004. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-2-JUNHO-2005-CAIO%20MARINI.PDF>.

MARINI, C.; MARTINS, H. Um modelo de gestão governamental para resultados. I Seminário Administração Pública: análise contextual e propostas de modernização. Câmara dos Deputados. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/bagp/Q_a_Z/ST_VI_TCC_Gestao_Governamental/aula_01/imagens/04/um_modelo_de_gestao_governamental_para_resultados.pdf.

MOTTA, F. C. P. *Teoria das organizações: evolução e crítica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. (orgs.). *Administração pública: coletânea*. Brasília: ENAP, 2010.

SALES, J. *Gestão da mudança organizacional: a mudança organizacional da força de trabalho do Ministério da Saúde*. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-08.2954571235/monografia_estao_e_planejamento_de_mudancas_organizacionais_no_ministerio_da_saude.pdf.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. *Mais gestão é mais saúde: governança para resultados no Ministério da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde,

2009. Disponível em:
http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mais_gestao_mais-saude-governanca.pdf.

CORREA, J. A aplicação do Modelo de Excelência da Gestão Pública no setor de saneamento brasileiro. In: XIV Congresso Internacional do CLAD. Bahia, 2009. Disponível em:
<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-08.2954571235/correjoa.pdf>.

ENAP. *Prática indicada: transformação do atendimento da previdência social brasileira*. Brasília: ENAP, 2009. Disponível em:
<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-04-26.6078674917/transformacao-atendimento-publico.pdf>.

FONTES FILHO, J. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: VIII Congresso Internacional do CLAD. Panamá, 2003. Disponível em:
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047108.pdf>.

MARTINS, H. Uma teoria da fragmentação de políticas públicas. Tese (Doutorado em Administração). EBAPE/FGV, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3264/ACF24.pdf?sequence=1>.

MIRON, P.; LINS, J. (orgs.). *Gestão pública: melhores práticas*. São Paulo: PricewaterhouseCoopers, 2009.

MOORE, M. H. *Criando valor público: gestão estratégica no governo*. Brasília: ENAP, 2002.

PAGLIUSO, A.; CARDOSO, R.; SPIEGUEL, T. *Gestão organizacional: o desafio da construção do modelo*. São Paulo: Saraiva; Instituto Chiavenato, 2010.

Bibliografia Básica

FRASSON, I. Tipos de avaliação. In: _____. *Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p. 227–233. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf>.

KERZNER, H. *Gestão de projetos: as melhores práticas*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. p. 40–51.

PFEIFFER, P. *Gerenciamento de projetos de desenvolvimento: conceitos, instrumentos e aplicações*. Rio de Janeiro: Brasport, 2005. p. 18–35.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. *Um guia do conjunto de conhecimentos do gerenciamento de projetos (PMBOK® Guide)*. 5. ed. Newtown Square: PMI, 2013.

VARGAS, R. Análise de valor agregado. In: _____. *Análise de valor agregado: revolucionando o gerenciamento de custos e prazos*. Rio de Janeiro: Brasport, 2005. p. 15–23.

VALARELLI, L. L. A gestão de projetos e a construção e o uso de indicadores. MMA: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.casa.org.br/images/PDFARQUIVOS/Indicadores.pdf>.

Bibliografia Complementar

ASCHER, P.; GUIMARÃES, A. Elaboração de sistemas de monitoramento de impacto em projetos do Programa Piloto. In: *Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 221–243.

BOLAY, F. W. *Planejamento de projeto orientado por objetivos – método ZOPP*. Recife: GTZ, 1993.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. *Revista do Serviço Público*, n. 49, p. 103–124, 1998.

KERZNER, H. *Using the project management maturity model: strategic planning for project management*. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2005.

PFEIFFER, P. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. *Revista do Serviço Público*, v. 51, n. 1, p. 81–123, jan./mar. 2000.

PRADO, D. MMGP: um modelo brasileiro de maturidade em gerenciamento de projetos. 2005. Disponível em: <http://pontogp.wordpress.com/2006/05/06/mmgp>.

D10 – Negociação no Setor Público

Bibliografia Básica

CHASEK, P. O conhecimento nas negociações internacionais: um fator de capacitação do Estado. Paper apresentado no 41º Congresso da ISA, 2000. Mimeo.

DUZERT, Y. (org.). *Manual de negociações complexas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Cap. 1 (William Zartman).

FIANI, R. *Teoria dos jogos*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KENNEDY, G. *Negociações sem mistério: glossário de termos essenciais*. São Paulo: Publifolha; The Economist, 2004.

OLIVEIRA, A.; ONUKI, J. *Manual de capacitação em negociações internacionais*. São Paulo: Global South Press, 2015. Caps. 1, 3, 5, 7 e 9.

OLIVEIRA, A.; ONUKI, J. Negociações internacionais: teoria e técnicas. In: AYERBE, L. F.; BOJIKIAN, N. (orgs.). *Negociações econômicas internacionais: abordagens, atores e perspectivas desde o Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 11–32.

Bibliografia Complementar

BRESLIN, J. W.; RUBIN, J. Z. *Negotiation: theory and practice*. Cambridge: Program on Negotiation, 1991.

PUTNAM, R. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427–460, 1988.

SANER, R. *O negociador experiente: estratégias, táticas, motivação, comportamento, liderança*. São Paulo: Senac, 2005.

ZARTMAN, W. What I want to know about negotiations. *International Negotiation*, v. 7, p. 5–15, 2002.

D11 – Orçamento e Finanças Públicas

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. *Gestão de finanças públicas*. Brasília, 2014.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (orgs.). *Coletânea de planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

SANTOS, R. C. L. F. O impacto de decisões orçamentárias na conformação de eventos sociais: um programa de pesquisas a partir da investigação de bases de dados do orçamento. In: VAZ, F. T.; MARTINS, F. J. (orgs.). *Orçamento e políticas públicas*:

condicionantes e externalidades. Brasília: Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2011. p. 13–29.

SILVA, A. C. L.; SOUSA, C. M. O orçamento por resultados como ferramenta da gestão para resultados: o caso piloto no governo do Estado de São Paulo. In: *VI Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, abril 2013.

D12 – Gestão Estratégica de Pessoas

Bibliografia Básica

BERGUE, S. T. *Gestão estratégica de pessoas no setor público*. São Paulo: Atlas, 2014.

IPEA. *Ocupação no setor público brasileiro: tendências recentes e questões em aberto*. Comunicados IPEA, n. 110, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10352.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, L. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARBOSA, L. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 3, p. 5–24, 1996. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2.

BERGUE, S. T. *Gestão de pessoas em organizações públicas*. 3. ed. Caxias do Sul: EducS, 2010.

BERGUE, S. T. *Modelos de gestão em organizações públicas*. Caxias do Sul: EducS, 2011.

BERGUE, S. T. *Cultura e mudança organizacional*. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2010.

BERGUE, S. T. *Comportamento organizacional*. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2010.

HERNANDES, J. M. C.; CALDAS, M. P. Resistência à mudança: uma revisão crítica. *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 2, p. 31–45, 2001.

LONGO, F. *Mérito e flexibilidade: a gestão de pessoas no setor público*. São Paulo: Fundap, 2007.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

PANTOJA, M. J.; CAMÕES, M. R. S.; BERGUE, S. T. *Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público*. Brasília: ENAP, 2010.

PINHO, J. A. G. Reforma do aparelho do Estado: limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo. *Organização & Sociedade*, v. 5, n. 12, p. 59–79, 1998.

RUAS, R. L.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (orgs.). *Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

D13 – Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental

Bibliografia Básica

COUTINHO, A. P.; CARDOSO JR., J. C. O monitoramento de agendas estratégicas no PPA 2012–2015. *RBPO/Assecor*, v. 3, n. 1, 2013.

_____. *Orientações para a elaboração do PPA 2012–2015*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2011. Disponível em: http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/Orientacoes_para_Elaboracao_do_PPA_2012-2015.pdf.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Vaitsman, J.; Rodrigues, R. W. S.; Paes-Sousa, R. *O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do MDS*. Brasília: UNESCO, 2006.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2012.

WORLD BANK. *Monitoramento e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens*. Washington-DC, 2004. Disponível em:

[http://lnweb90.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/7BCBD707EDDD449885256F02006323BE/\\$file/me_portuguese.pdf](http://lnweb90.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/7BCBD707EDDD449885256F02006323BE/$file/me_portuguese.pdf).

CARDOSO JR., J. C. (org.). *Planejamento, gestão, controle e participação no Brasil: contribuições ao pensamento estratégico de Estado*. São Paulo: Hucitec, 2014 (no prelo).

Bibliografia Complementar

BROMLEY, R.; BUSTELO, E. (orgs.). *Política x técnica no planejamento: perspectivas críticas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CALMON, P. C.; SERPA, S. M. H. C. Um referencial teórico para análise da institucionalização dos sistemas de avaliação no Brasil. 2012. Ensaio teórico (Doutorado em Administração) – Universidade de Brasília, 2012.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. O papel da avaliação de políticas públicas como mecanismo de controle democrático. In: GUEDES, A.; FONSECA, F. (orgs.). *Controle social da administração pública*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. (orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2009.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003.

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão n. 776)

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e usos em políticas públicas. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Avaliação de políticas: policy-making como aprendizagem. In: _____. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 8.

MELO, P. C. S. *Monitoramento e avaliação na administração pública federal: os desafios do PPA 2012–2015*. 2012. Disponível em: www.abrasil.gov.br/publicações.

RADIN, B. Os instrumentos da gestão intergovernamental. In: PETERS, B.; PIERRE, J. (orgs.). *Administração pública: coletânea*. Brasília: ENAP, 2010. cap. 27.

SCHNEIDER, A. L. Pesquisa avaliativa e decisão pública: guia histórico e prático. In: HEIDEMANN, F.; SALM, J. (orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2009.

SERPA, S. M. H. C. Relatório de levantamento dos sistemas de M&A dos órgãos da administração direta. Tribunal de Contas da União, 2011.

WEISS, R.; REIN, M. Avaliação de programas de objetivo amplo. In: BROMLEY, R.; BUSTELO, E. (orgs.). *Política x técnica no planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (orgs.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. (orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2009.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

D14 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações Públicas

Bibliografia Básica

ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: trajetória e significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. São Paulo: FGV, 2010.

AGUILAR, A. M. Gestão da informação. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (orgs.). *Dicionário de políticas públicas*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2012. p. 226.

BATISTA, F. F. Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira. Brasília: Ipea, 2012.

BATISTA, F. F.; COSTA, V. S. Alinhando modelo, método e prática da gestão do conhecimento: o caso do RCIpea. *Revista do Serviço Público*, v. 64, n. 1, p. 59–76, jan./mar. 2013.

BATISTA, F. F. et al. Casos reais de implantação do modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira. Brasília: Ipea (Texto para Discussão n. 1941), 2014.

BATISTA, F. F. et al. Casos reais: a experiência do governo de Minas Gerais. Brasília: Ipea (Texto para Discussão n. 2038), 2015.

BATISTA, F. F. et al. Casos reais: Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Ipea (Texto para Discussão n. 2075), 2015.

BATISTA, F. F.; QUANDT, C. O. Gestão do conhecimento na administração pública: práticas de GC. Brasília: Ipea (Texto para Discussão n. 2120), 2015.

CUNHA, M. A.; MIRANDA, M. M. Pesquisa sobre TIC e implicações sociais no governo brasileiro: agenda e reflexões. *Organizações & Sociedade*, v. 20, n. 66, p. 543–566, 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa TIC – Governo Eletrônico*. São Paulo: CGI.br, 2014.

FALCÃO, T. et al. Plano Brasil Sem Miséria. In: PEREIRA, F. S. (org.). *Ações premiadas no 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal*. Brasília: ENAP, 2014. p. 53–75.

JANNUZZI, P. M.; SOUSA, M. F.; VAZ, A. C. N. Estratégia de monitoramento analítico do Plano Brasil Sem Miséria. In: PEREIRA, F. S. (org.). *Ações premiadas no 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal*. Brasília: ENAP, 2014. p. 95–120.

NAÇÕES UNIDAS. *Governo eletrônico para o mundo que queremos*. ONU, 2014.

NESELLO, P.; FACHINELLI, A. C. Big data: o novo desafio para a gestão. *Revista Inteligência Competitiva*, v. 4, n. 1, p. 18–38, 2014.

REZENDE, F. C. Por que reformas administrativas falham? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, 2002.

SANCHEZ, O. A. O poder burocrático e o controle da informação. *Lua Nova*, n. 58, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a06n58.pdf>.

SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC). In: PEREIRA, F. S. (org.). *Ações premiadas no 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal*. Brasília: ENAP, 2014. p. 79–94.

VAZ, A. C. N.; FONSECA, J. C. G.; SOUSA, M. F.; JANNUZZI, P. M. Integração de registros administrativos: CadÚnico, PBF e SISVAN. *Cadernos de Estudos – SAGI/MDS*, 2014.

Bibliografia Complementar

BATISTA, F. F. Governo que aprende: gestão do conhecimento no Executivo federal. Brasília: Ipea, 2004. (TD n. 1022)

BATISTA, F. F. et al. Gestão do conhecimento na administração pública. Brasília: Ipea, 2005. (TD n. 1095)

BATISTA, F. F. O desafio da GC nas áreas de administração e planejamento das IFES. Brasília: Ipea, 2006. (TD n. 1181)

BATISTA, F. F. et al. Gestão do conhecimento em organizações públicas de saúde. Brasília: Ipea, 2007. (TD n. 1316)

BATISTA, F. F. *Uma proposta de modelo de GC com foco na qualidade*. Tese (Doutorado) – UnB, 2008.

DALQUIR, K. *Knowledge management in theory and practice*. Boston: MIT Press, 2011.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, P. O advento da nova organização. In: *Harvard Business Review – Gestão do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. *Capital intelectual*. São Paulo: Makron Books, 1998.

HARVEY, J.-F. Managing organizational memory with intergenerational knowledge transfer. *Journal of Knowledge Management*, v. 16, n. 3, p. 400–417, 2012.

KPMG. *European Knowledge Management Survey 2002/2003*. Disponível em: http://ep2010.salzburgresearch.at/knowledge_base/kpmg_2003.pdf.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

STEWART, T. A. *Capital intelectual*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. What is knowledge management? Disponível em: <http://www.sveiby.com/articles/KnowledgeManagement.html>.

TERRA, J. C. C. *Gestão do conhecimento: aspectos conceituais e estudo exploratório sobre práticas no Brasil*. Tese (Doutorado) – USP, 1999.

WIIG, K. M. Application of knowledge management in public administration. Taipei, ROC, 2000. Disponível em: http://www.krii.com/downloads/km_in_public_admin_rev.pdf.

D15 – Metodologia de Pesquisa

Bibliografia Básica

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2010.

D16 – Práticas de Gestão Pública

Como indicado no programa, esta disciplina utiliza integralmente as referências adotadas em todas as disciplinas anteriores. Assim, sua bibliografia corresponde à totalidade da bibliografia básica e complementar das disciplinas.

BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA:

Conjunto das referências utilizadas nas disciplinas desta especialização, conforme listadas nas respectivas seções de Bibliografia Básica e Complementar.
